

**Por uma política global de Inovação:
Conhecimento, Educação e Desenvolvimento**

**Por una política global de la innovación:
Conocimiento, Educación y Desarrollo**

**For a comprehensive policy of Innovation:
Knowledge, Education and Development**

William Dias Braga

Pós-Doutor pela Universidad Complutense de Madrid,
com bolsa PDE/CNPq. Professor Associado na Escola de
Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
– ECO/UFRJ.

E-mail: db.william@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objeto as ações de difusão da inovação, da criatividade e do empreendedorismo no Brasil e na Espanha, com base nos Planos de Ciência, Tecnologia e Inovação daqueles países, e em produtos culturais empíricos que promovem o ideário da mudança social a partir da orientação teórica daqueles planos, vinculando o papel desempenhado pela inovação ao protagonismo crescente do conhecimento, da educação e dos recursos humanos para o incremento da competitividade econômica e do próprio desenvolvimento. O trabalho – de cunho teórico-conceitual e analítico – tem por objetivo avaliar o papel do campo Comunicação e Trabalho no âmbito do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNI) do Brasil e da Espanha, de modo a contribuir para a reflexão crítica e plural sobre os problemas emergentes no campo da Economia Política da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação; Conhecimento; Educação; Desenvolvimento; TIC

RESUMEN

El artículo trata de las acciones de difusión de la innovación, la creatividad y el espíritu empresarial en Brasil y España, con base en los Planes de Ciencia, Tecnología e Innovación de los países y en productos culturales empíricos que promuevan los ideales de cambio social a partir de la orientación teórica de esos planes, que vinculan el papel de la innovación a la creciente importancia del conocimiento, de la educación y de los recursos humanos para incrementar la competitividad y el desarrollo económico. El trabajo – de carácter teórico-conceptual y analítico – tiene como objetivo evaluar el papel del campo Comunicación y Trabajo en el ámbito del Sistema de Ciencia, Tecnología y Innovación (SNI) de Brasil y España, con el fin de contribuir a la reflexión crítica y plural de los problemas que surgen en el campo de la Economía Política de la Comunicación.

PALABRAS CLAVE

Innovación, Conocimiento, Educación, Desarrollo, TIC

ABSTRACT

The article is about the actions of diffusion of innovation, creativity and entrepreneurship in Brazil and Spain, based on the plans of Science, Technology and Innovation of those countries, and empirical cultural products that promote the ideals of social change from theoretical orientation of those plans, linking the role of innovation in growing prominence of knowledge, education and human resources to increase the competitiveness and economic development itself. The work – with a theoretical, conceptual and analytical framework – aims to assess the role of field Communication and Work under the Science, Technology and Innovation System (SNI) of Brazil and Spain, in order to contribute to critical thinking on the problems emerging in the field of Political Economy of Communication.

KEYWORDS

Innovation, Knowledge, Education, Development; ICT

A importância crescente da inovação para o desenvolvimento

Os teóricos dos Sistemas Nacionais de Inovação – SNI defendem a idéia de que as políticas específicas para fomentar o conhecimento são centrais para superar o atraso econômico dos países (Cf. Lastres, Cassiolato e Arroio, 2005). Na raiz desta questão está a idéia de que o impulso à mudança é a revolução tecnológica, e que a inovação é o motor do crescimento (Cf. Schumpeter, 1982). Em geral, consideram que a riqueza tem origem em forças imateriais – a criatividade e o conhecimento – e que a acumulação de ativos ocorre através da incorporação de novas tecnologias e da inovação. Os teóricos dos SNI argumentam que a acumulação de conhecimento se concretiza na inovação, ou seja, o progresso técnico, e este no principal determinante do desenvolvimento.

Dado que o desenvolvimento é o resultado da introdução e difusão de novas tecnologias, o desenvolvimento passa a ser a resultante da interação, das trajetórias e das especializações das instituições sociais, políticas, culturais e econômicas envolvidas no avanço do conhecimento e da tecnologia. Sustenta-se que as revoluções tecnológicas impõem às demais estruturas da reprodução social a necessidade de mudanças e transformações. Defende-se a idéia, por exemplo, de que as novas tecnologias informáticas impõem paradigmas flexíveis (tarefas múltiplas, produção diferenciada) que demandam mudanças nas demais estruturas sociais (nos sistemas educativos, nas formas de organização do trabalho).

Os teóricos dos SNI argumentam que a capacidade de inovação deriva da confluência de fatores sociais, políticos, culturais e institucionais, e do entorno em que operam os agentes econômicos. Defendem a idéia de que as empresas são instituições que estão imersas em contextos mais amplos, e que a inovação tecnológica se explica por estes contextos. O desenvolvimento tecnológico, por conseguinte, é extremamente desigual entre países e ramos de empresas, e estas diferenças são acumulativas em longo prazo. De novo se vê a importância da acumulação de conhecimento; esta acumulação poderia levar a círculos virtuosos de mecanismos que se auto-impulsionariam, permitindo o desenvolvimento da economia nacional.

Com base na teoria dos SNI e a importância crescente da inovação, muitos autores têm formulado estratégias de desenvolvimento sustentadas no estímulo ao conhecimento. Em particular, dado que a acumulação de conhecimento esteve na base de todas as grandes transformações do capitalismo até o presente, o conhecimento teria um papel crescente no desenvolvimento. A revolução das novas tecnologias informáticas e da comunicação seria então a expressão e o modelo desta tendência, e daria lugar a uma produção baseada na acumulação de saberes. O conhecimento útil e a informação social se converteriam assim nos suportes da reprodução social. Estamos diante de uma economia baseada no conhecimento e na informação, na qual o importante já não é mais a acumulação de infraestrutura, equipamentos, bens e recursos naturais, mas o conhecimento. Portanto, e dado que o conhecimento seria autônomo e a chave da competitividade, poderia ser desenvolvido por empresas de qualquer escala, e em particular por empresas pequenas e médias (PME) com espírito empreendedor e imaginação criativa.

Empreendedorismo e criatividade para a superação da crise

Em todo o mundo, a partir da década de 1980, o conceito de empreendedorismo passou a ser difundido em larga escala, para combater o desemprego e a pobreza, para a criação de pequenos e novos negócios, para a reorganização do mercado, para a criação de alternativas de organização social da produção, como mudança do modo de produção, como alternativa ao Welfare State, esvaziado nas últimas décadas pelo neoliberalismo, para o desenvolvimento de “novas formas de inclusão social”, para a aceitação do conceito de “flexibilização” (das relações de trabalho e das leis trabalhistas).

Deixando de lado os processos históricos, sociais e econômicos que constituíram o quadro de degradação do trabalho e do trabalhador, o setor produtivo argumenta que, com as mudanças no mercado, é preciso mudar os processos e objetivos educacionais. As mudanças têm por objetivo priorizar o aprendizado contínuo, promover a criatividade e a multidisciplinaridade, investir no desenvolvimento de atitudes, habilidades e capacidades. Esses argumentos estão colonizando não só o espaço midiático, co-responsável histórico pela construção da identidade do trabalhador, mas também o espaço acadêmico – muitos de nossos pares asseveram que estamos “produzindo” um “indivíduo” para um mercado de trabalho já ultrapassado, e que o atual mercado pertence ao profissional empreendedor. Há décadas o empresariado industrial preocupa-se com a formação da força de trabalho, e no Brasil, nos últimos 20 anos, tem participado intensamente da elaboração de um projeto hegemônico-pedagógico para a sociedade brasileira.¹

1 Esse título pedagógico tem o apoio da CNI – Confederação Nacional da Indústria, do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Ministério da Educação, do Ministério de Ciência e Tecnologia e de amplos setores de mídia, em especial das Organizações Globo, que promovem ações integradas para o empreendedorismo.

O empreendedorismo, assim, num estalar de dedos, em nome da democracia mercantil e das novas demandas do padrão de acumulação flexível, é elevado a tema prioritário para o empresário e para as empresas, com amplo apoio dos setores de mídia. Em primeiro lugar, a formação de novos profissionais tem sido considerada de suma importância para o seu sucesso, principalmente se as escolas – sejam elas de ensino fundamental ou de ensino superior –, conceberem o seu projeto pedagógico com base em novos paradigmas educacionais e no desenvolvimento das competências para o trabalho, considerando todas as peculiaridades e incertezas atuais da sociedade. O empreendedorismo se estabelece como um fenômeno cultural, fortemente relacionado e embasado no processo educacional, capaz, portanto, de impulsionar a criação de pequenas e médias empresas inovadoras.

O direito ao trabalho e ao emprego cede lugar à “empregabilidade”, à capacidade de estar apto a se integrar e a se incluir pelos próprios méritos em um mercado de trabalho cada vez mais precário, agora com fortes vernizes de empreendedor e empresário. Do trabalhador são cobrados, agora, iniciativa para criar e inovar; paixão pelo que faz; utilização dos recursos disponíveis de forma criativa, para transformar o ambiente social e econômico onde vive (liderança e dinamismo); aceitar assumir riscos e a possibilidade de fracassar (otimismo e perseverança).

Os verdadeiros empreendedores – ensinam especialistas e líderes empresariais –, são visionários, têm iniciativa e sabem tomar decisões, sabem identificar e explorar ao máximo as oportunidades, são autoconfiantes, organizados, determinados e dinâmicos, são persistentes, dedicados, otimistas e apaixonados pelo que fazem, são independentes e constro-

em seu próprio destino, são líderes e formadores de equipes, têm grande capacidade de comunicação e são bem relacionados, possuem conhecimento, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade. Os empreendedores são comprometidos com o desenvolvimento local, e estão abertos à diversidade, a novas idéias, ao risco e à inovação.

Como primeiro efeito do esquema de manipulação cognitiva, a transfiguração do conceito e da prática de “inclusão social”, que passa a ter sentidos diversos do que tem sido aplicado recentemente nas análises sobre as transformações do mundo do trabalho. A inclusão pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidades de trabalho ou de distribuição da riqueza produzida ou ainda de políticas públicas. Com o empreendedorismo, não há inclusão social propriamente dita, mas a mudança de categoria do trabalhador, que passa ao outro lado do balcão, e “vira empresário”. Entra em cena um novo ator, extrojado do processo produtivo como trabalhador, e introjetado como patrão/empresário/empregador. Esse trabalhador extrojado, passa a introjetar a cultura do capital para o trabalho, e se alinha aos discursos sociais de acumulação capitalista. E, ao fazer instaurar a relação de assalariamento, no mais das vezes, o trabalho é subsumido pelo capital. Os discursos são unânimes em afirmar que, se não há inclusão, é porque os trabalhadores excluídos não possuem as qualificações exigidas pelo mercado, ou porque eles deixaram de migrar para onde suas habilidades são requeridas.

Gota-a-gota, de forma quase imperceptível – e aí reside a força da ideologia – a noção de empreendedorismo vai se disseminando e atravessando todo o tecido social, através dos discursos em circulação nos meios de comunicação, e é enunciado diariamente, e diretamente relacionado à inovação e à superação da crise.

“Empreendedorismo”, “inovação”, “empreendedor”, “inovador”, “pesquisa e desenvolvimento”, “projeto”, “pequenas e médias empresas”, “design”, “competitividade”, “exportação” são conceitos-chave utilizados por jornalistas, apresentadores, comentaristas, repórteres, empresários, políticos, estadistas, dentre outras figuras públicas, de forma unívoca, para promover a mudança social discursiva. Seja como solução final (e única) para a saída da crise e a retomada do crescimento da Europa, já seja para a ampliação do mercado de consumo no Brasil e o incremento das exportações brasileiras através da inovação.

Esses conceitos-chave carregam, ao fim e ao cabo, a responsabilidade de promover a mudança e garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social. A questão do bem-estar social, antes responsabilidade do Estado, passa a ser a resultante das boas práticas de pequenas e médias empresas (PME), também responsáveis, em última análise, por converter a Europa na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo.

A noção de empreendedorismo tem ganhado espaço nos discursos dominantes com forte apelo ao “auto-emprego”, de modo a fazer com que as pessoas se tornem “patrões de si mesmos”, para minorar as altas taxas de desemprego e subemprego e superar a crise. No Brasil e na Europa, esse discurso parece produzir bons resultados junto ao imaginário dos jovens, que sonham em abrir seu próprio negócio – na sua área de formação ou em áreas

pretensamente nobres, como as do setor cultural.

Novas Estratégias de Inovação no Brasil e Espanha

A mudança radical que se produziu no sistema econômico mundial nas últimas décadas alterou a percepção, tanto teórica quanto prática, da realidade econômica e social. Fenômenos como o desenvolvimento explosivo da informática, a aceleração tecnológica, a rapidez e menor preço das comunicações, a liberalização dos mercados e dos fatores de produção, as migrações etc., motivaram a substituição do conceito de estabilidade, que se considerava a referência central da política econômica, pelos conceitos de mudança contínua e sustentabilidade como perspectivas inspiradoras, com impactos nas políticas de inovação da Espanha (MICINN 2010) e do Brasil (MCT/CGEE 2010).

Nesse sentido, o conceito de inovação se converteu no centro do discurso econômico, como ferramenta para conjugar as necessidades de mudança e sustentabilidade. Desde há muito se reconhece que o progresso técnico, associado à inovação, é fundamental para o aumento da produtividade da economia, mas ele era tratado como um fator exógeno. Atualmente ele é considerado um fator central endógeno, indispensável para o funcionamento adequado das economias nacionais no contexto competitivo mundial, e também da economia mundial, para enfrentar desafios globais como a contaminação, a mudança climática ou a pobreza.

Um conjunto de fatores influi sobre a capacidade de introdução de inovações na economia. Segundo a OCDE esses fatores são o sistema educativo, a base científica de pesquisa, as políticas de inovação, o marco legislativo (patentes, impostos, normas de competição), as instituições financeiras, as infraestruturas, a dimensão e facilidade de acesso ao mercado, e o funcionamento dos mercados financeiros (fundamental para atividades de risco e com retorno em longo prazo etc.).

Os teóricos dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) afirmam que o conjunto dos elementos do sistema de inovação determina a capacidade de inovação de uma economia, e tem papel fundamental para o crescimento econômico, já que atua diretamente na produtividade e pode contribuir de maneira decisiva para o crescimento sustentável.

No caso europeu, os argumentos fazem menção à crise iniciada em 2008, que anulou anos de progresso econômico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia européia, e que os desafios de longo prazo – globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população – tornam-se mais prementes, e que a Europa deve adotar uma estratégia de crescimento inteligente (desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação), de crescimento sustentável (promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e de crescimento inclusivo (fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial). “Globalização”, “pressão sobre os recursos”, “envelhecimento da população” são alguns dos conceitos confusos, pouco claros, mentirosos ou sem base empírica que são utilizados a todo o momento, em diversos documentos europeus, para justificar e legitimar os mais recônditos propósitos dos policy makers.

No caso brasileiro, repetem-se os argumentos de que a economia mundial atravessa um período de intensa dinâmica tecnológica e de forte aumento da concorrência; que o progresso técnico e a competição internacional passaram a demandar crescentes investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I); que as atividades nesse campo tornaram-se instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego qualificado e renda, e a democratização de oportunidades, pois o ambiente gerado pela sociedade do conhecimento nos remete a desafios constantes com relação à globalização e internacionalização da sociedade em que vivemos.

O cenário da inovação em países em desenvolvimento

Vários fatores sistêmicos exógenos conformam o cenário da inovação nos países em desenvolvimento, tais como: incerteza macroeconômica; instabilidade; infra-estrutura física (falta de serviços básicos como eletricidade ou tecnologias de comunicação “velhas”); fragilidade institucional; ausência de consciência social sobre a inovação; natureza empresarial de aversão ao risco; falta de empreendedores; existência de barreiras aos negócios nascentes; ausência de instrumentos de políticas públicas para dar suporte aos negócios e para o treinamento gerencial.

As entidades responsáveis pela promoção do empreendedorismo e da inovação no Brasil e na Espanha têm se empenhado para diminuir as barreiras e as dificuldades de difusão das inovações, objeto de ações específicas no interior das empresas, mas que contam com o apoio sistemático dos meios de comunicação de massa para a promoção do ideário do empreendedorismo e da inovação.

Nos casos brasileiro e espanhol, parece que se adota, em tese, a difusão do modelo de estratégia ofensiva, caracteristicamente intensiva em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e com elevado nível de pesquisa aplicada, a partir da leitura crítica dos documentos Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional: investir e inovar para crescer (2007), e Livro Azul da 4ª. Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (2010), elaborados pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e dos documentos Estrategia Nacional de Ciencia y Tecnología: hacia un Gran Acuerdo para la Ciencia y la Tecnología” (2007a), Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2008-2011 (2007b), e Estrategia Estatal de Innovación 2010-2015 (2010), elaborados pelo Ministério de Ciência e Inovação da Espanha e cancelados pela Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia daquele país.

Adotando a estratégia tecnológica ofensiva, os governos sustentam e defendem a idéia de que ciência, tecnologia e inovação são questões de Estado, e várias das iniciativas previstas são voltadas para estimular as empresas a incorporarem as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) no seu processo produtivo. O apoio à pesquisa científica e tecnológica será aumentado em todas as áreas do conhecimento, porém com maior estímulo para as áreas de fronteira, para as engenharias e áreas estratégicas para o desenvolvimento dos dois países.

O Brasil não ficou alheio à importância dada a C,T&I como importantes motores da transformação econômica e social dos países. A 4ª. Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (MCT/CGEE, 2010) propôs como objetivo estratégico para o País um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e de fortalecimento da indústria, agregando valor à produção e à exportação através da inovação e reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia.

A busca por novas possibilidades de transformar o conhecimento em inovação – e em riqueza, por consequência – envolve hoje inúmeros atores no Brasil, e a tarefa passa a ser não apenas de governos, mas do conjunto da sociedade, representada pelas universidades e instituições de pesquisa, pelo setor empresarial, pelas entidades de categorias profissionais, pelas entidades do terceiro setor, entre outros. Em linhas gerais, forjou-se um consenso de que alguns aspectos requerem uma atenção especial na área de inovação nas empresas: os recursos humanos, o espírito empreendedor, a gestão da inovação e a interação com os resultados da pesquisa científica e tecnológica.

Repetem-se os fundamentos e justificativas dos projetos europeu e espanhol, em particular, afirmando-se que a articulação entre os atores (empresa, universidade e governo), o aumento da participação das empresas, um financiamento adequado e um eficiente sistema nacional de inovação são os principais fatores de sucesso para a agregação de valor à produção e à exportação.

O primeiro desafio é dar continuidade ao processo de ampliação e aperfeiçoamento das ações em C,T&I, tornando-as políticas de Estado. Em segundo lugar, precisamos expandir com qualidade e melhorar a distribuição geográfica da ciência. O terceiro desafio é melhorar a qualidade da ciência brasileira e contribuir, de fato, para o avanço da fronteira do conhecimento. Em quarto lugar, é preciso que Ciência, Tecnologia e Inovação se tornem efetivos componentes do desenvolvimento sustentável, com atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e incorporação de avanços nas políticas públicas. O quinto desafio é intensificar as ações, divulgações e iniciativas de CT&I para o grande público. E, finalmente, o sexto desafio é melhorar o ensino de ciência nas escolas e atrair mais jovens para as carreiras científicas (MCT/CGEE, 2010:19).

Para o governo brasileiro, a competitividade das empresas tem de ser cada vez mais baseada em vantagens tecnológicas, na qualidade de seus produtos e serviços, e na produtividade dos trabalhadores, com o apoio do campo educativo para a formação de “profissionais versáteis e criativos”, e o estímulo ao empreendedorismo inovador. “É das inovações baseadas numa economia do conhecimento da natureza que o País poderá gerar a riqueza a ser utilizada na superação das carências sociais que nele ainda perduram” (MCT/CGEE, 2010:27).

A educação não formal ganha importância para a formação permanente dos indivíduos e o aumento do interesse coletivo pela C,T&I. Ela se processa através de instrumentos

como os meios de comunicação, os espaços e atividades científico-culturais, a extensão universitária e a educação à distância, e contribui para a difusão de conceitos tais como indústrias criativas, economia da cultura e desenvolvimento sustentável, que têm forte apelo simbólico junto a sociedade.

É preciso

Mobilizar a criatividade e a inteligência coletiva dos brasileiros para resolver problemas sociais é um desafio permanente; fornecer-lhes condições e recursos adequados para isto é uma das funções do poder público. Aos movimentos sociais devem ser garantidos espaço e estímulos para participarem da elaboração de políticas públicas e de seu acompanhamento (MCT/CGEE, 2010:90-91).

Busca-se firmar, no país, a compreensão de que o trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos, e o engajamento das empresas, são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais dos brasileiros e o permanente fortalecimento da soberania nacional. Esse entendimento envolve uma visão compartilhada sobre a importância da ciência básica para sustentar uma pesquisa aplicada inovadora, voltada para a solução dos problemas e dos desafios da sociedade em curto prazo. “Trata-se de uma questão que ultrapassa os governos e envolve o Estado e a sociedade como um todo” (MCT/CGEE, 2010:28).

A inovação, tendo a educação como fundamento, passa a ser considerada o principal motor do processo de desenvolvimento dos países e regiões. Ela seria favorecida por avanços científicos e tecnológicos e pela qualificação dos profissionais envolvidos no processo, bem como pelas atividades de risco, seja na função de pesquisa científica e tecnológica, seja na atividade empresarial decorrente de novos conhecimentos gerados.

O que se conhece como economia baseada no conhecimento pode observar-se como hipótese para o trabalho empírico e igualmente como um objetivo de política em si mesmo. Os principais elementos de desenvolvimento do conceito têm origem nos fatos empíricos próprios dos países mais avançados e derivam do melhor comportamento nas variáveis expressivas de crescimento: o papel crescente dos serviços e dos intangíveis no incremento da propriedade agregada; a importância das tecnologias da informação e da comunicação no avanço dos países inscritos na sociedade da informação; o protagonismo crescente do conhecimento, da educação e dos recursos humanos para o desenvolvimento econômico; e a inovação entendida como um processo sistêmico, condicionante dos diversos âmbitos da vida econômica e social dos países.

Europa 2020: crescimento inteligente, sustentável e integrador

A Estratégia de Lisboa, lançada em 2000, baseava-se no reconhecimento de que a UE deveria aumentar a sua produtividade e competitividade, e reforçar a sua coesão social, à luz da concorrência à escala mundial, da evolução tecnológica e do envelhecimento da população. A Estratégia de Lisboa foi relançada em 2005, após uma reavaliação que deu

mais ênfase no crescimento e numa melhoria quantitativa e qualitativa do emprego.

A Comissão propôs que fosse definida uma nova estratégia para a próxima década, a Estratégia Europa 2020, destinada a permitir à UE sair mais fortalecida da crise e orientar a sua economia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A Estratégia Europa 2020 representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI, e estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente: crescimento inteligente, com o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação; crescimento sustentável, com a promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; e crescimento inclusivo, com o fomento de uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial (Comisión Europea, 2010b: 5).

Os trabalhadores são convocados a participar, uma vez mais, do processo de enfrentamento da crise, que reduziu em dois anos o potencial de crescimento da Europa à metade.

Para tal é necessário melhorar a qualidade do nosso ensino, reforçar o desempenho da nossa investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimentos em toda a União, tirar plenamente partido das tecnologias da informação e da comunicação e assegurar a transformação das idéias inovadoras em novos produtos e serviços que criam crescimento e emprego de qualidade e que ajudam a enfrentar os desafios societários que se colocam a nível europeu e mundial. Contudo, para termos êxito, tudo isto deverá ser conjugado com o empreendedorismo e o apoio financeiro, tendo em conta as necessidades dos utilizadores e as oportunidades do mercado (Comisión Europea, 2010b: 14).

E conclui-se que para fazer frente aos seus principais concorrentes EUA e Japão, a Europa tem que atuar nas áreas de inovação, educação, formação e aprendizagem ao longo da vida, e investir na construção da sociedade digital e na Internet de alta velocidade.

A Comissão Europeia oferece algumas marcas enunciativas que realçam o importante papel do mundo do trabalho no relançamento da economia europeia, sob a forma de «Orientações Integradas Europa 2020», para otimizar o apoio à P&D e à inovação, reforçar o triângulo do conhecimento e libertar o potencial da economia digital; desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, promover a qualidade do emprego e a aprendizagem ao longo da vida; e melhorar o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior (Comisión Europea, 2010a: 3).

Vejamos, mais detidamente, a construção discursiva que é apoiada de forma acrítica e incondicional pelos meios de comunicação da Europa:

Os Estados-Membros devem aplicar reformas orientadas para um «crescimento inteligente», ou seja, um crescimento impulsionado pelo conhecimento e pela inovação. As reformas devem visar a melhoria da qualidade do ensino, garantindo o acesso a todos, e reforçar o desempenho no domínio da investigação e das empresas no intuito de promover a inovação e a transmissão do conhecimento em toda a UE. Por

outro lado, devem fomentar o empreendedorismo e contribuir para transformar idéias criativas em produtos, serviços e processos inovadores, suscetíveis de promover o crescimento, a criação de emprego de qualidade, a coesão territorial, econômica e social, bem como ajudar a enfrentar de forma mais eficiente os desafios sociais que se colocam a nível europeu e mundial. Neste contexto, assume uma importância fundamental tirar o maior partido possível das tecnologias da informação e da comunicação (Comisión Europea, 2010a: 6).

O documento da Comissão é taxativo: as reformas estruturais da UE e dos Estados-Membros podem contribuir de forma eficaz para o crescimento e o emprego “se aumentarem a competitividade da UE na economia mundial, propiciarem novas oportunidades de exportação à Europa e garantirem o acesso concorrencial a importações vitais” (Op.cit.).

No que tange às políticas de emprego dos Estados-Membros, as orientações estão voltadas para aumentar a participação no mercado de trabalho e reduzir o desemprego estrutural, através da adoção de uma combinação de contratos de trabalho flexíveis, de uma aprendizagem eficaz ao longo da vida, de políticas destinadas a promover a mobilidade da mão-de-obra e de sistemas de segurança social adequados.

As políticas de conciliação da vida profissional com a familiar, com o acesso a estruturas de acolhimento de crianças a preços acessíveis e a inovação na organização do trabalho, devem visar aumentar as taxas de emprego, nomeadamente entre os jovens, os trabalhadores mais idosos e as mulheres, com vista nomeadamente a manter no mercado de trabalho as mulheres com elevadas qualificações nos domínios científico e técnico. Os Estados-Membros devem igualmente suprimir os obstáculos à inserção profissional de novos trabalhadores e apoiar o trabalho por conta própria, bem como a criação de emprego em domínios como o emprego «verde» e a prestação de cuidados, bem como promover a inovação social. O “trabalho por conta própria” significa ou empreendedorismo ou freelancer, o que acaba por definir, configurar e reiterar a natureza precária do mundo do trabalho.

Para desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, promover a qualidade de emprego e a aprendizagem ao longo da vida, os Estados-Membros devem promover a produtividade e a empregabilidade, garantindo para o um fornecimento adequado de conhecimentos e qualificações. Os Estados-Membros devem desenvolver sistemas para reconhecer as competências adquiridas, suprimir os obstáculos à mobilidade profissional e geográfica dos trabalhadores, promover a aquisição de competências transversais e de criatividade e concentrar os seus esforços no apoio aos trabalhadores pouco qualificados e no reforço da empregabilidade dos trabalhadores mais idosos, melhorando simultaneamente a formação, as qualificações e a experiência de trabalhadores altamente qualificados, incluindo os da área da investigação.

Em colaboração com os parceiros sociais e as empresas, os Estados-Membros devem melhorar o acesso à formação, reforçar a orientação escolar e profissional, em conjugação com a informação sistemática sobre novas possibilidades e oportunidades em matéria de

emprego, bem como promover o empreendedorismo e melhorar a capacidade de antecipar as necessidades em matéria de qualificações. Há que promover o investimento no desenvolvimento dos recursos humanos, na melhoria das qualificações e a participação em sistemas de aprendizagem ao longo da vida através de uma contribuição financeira conjunta por parte dos governos, dos particulares e dos empregadores.

Com o propósito de melhorar o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior, os Estados-Membros devem investir de forma eficiente nos sistemas de educação e de formação, nomeadamente, no intuito de reforçar o nível das qualificações da mão-de-obra na UE, permitindo-lhe assim responder às necessidades em rápida mutação dos mercados de trabalho modernos. As reformas devem ter como objetivo assegurar a aquisição das competências fundamentais de que todos precisam para ter êxito numa economia baseada no conhecimento, nomeadamente em termos de empregabilidade, formação complementar ou competências no domínio das tecnologias da informação e da comunicação.

A todo o momento, o recurso ao medo é novamente invocado, quando se fala na “gravidade da crise financeira”, no “grau excepcional de imprevisibilidade quanto ao futuro da economia mundial”, e no “retorno da Europa ao bom caminho” através do “reforço do capital humano” e da “empregabilidade através da atualização das competências”. Forçoso reconhecer, uma vez mais, a natureza débil dos argumentos, que a todo o momento convocam o trabalhador para o enfrentamento de toda e qualquer crise, para além das respostas afirmativas às necessidades mais prementes da reestruturação produtiva.

Um novo mantra para a Nova Economia

Os MCM sempre atuaram como agentes promotores de consenso e mobilidade ideológica, contribuindo para a instrução das classes trabalhadoras e para a construção da hegemonia cultural da classe dominante. Essa construção hegemônica, atualmente, está ancorada na articulação discursiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), grandes corporações industriais e os MCM, para o incremento do metabolismo social do capital, com a crescente necessidade de constituição de uma esfera pública que promova as inovações organizacionais, gerenciais e técnicas, diante das mudanças estruturais necessárias para a consolidação de uma “nova economia” – que se auto-promulgava “sem crise” e sem os “ciclos do passado”, graças às novas tecnologias da informação.

A evolução dos ritmos e imperativos categóricos de inovação e desenvolvimento parece refletir a cegueira da teoria econômica que levou ao quadro de crise e de grande recessão que começou em 2008 nos Estados Unidos e se alastrou em efeito cascata por todo o planeta ao longo dos últimos anos, colocando em xeque a fé no “livre mercado” (eficiente e competitivo) e na “globalização da economia”, como promessa de prosperidade para todos.

Era de se supor que os frutos dessa “Nova Economia” – a reestruturação do sistema capitalista, caracterizada pela revolução das técnicas de informação, pela “globalização” e concentração crescente dos mercados, pela febre de internacionalização e pela desregu-

lação financeira – permitiriam uma melhor gestão dos riscos, e trariam consigo o final das flutuações econômicas, com benefícios reais e expressivos para a sociedade. Durante um quarto de século ouvimos falar que mercados livres e sem travas são eficientes (e que se cometem erros, os corrigem rapidamente); que o melhor dos mundos se consegue com um Estado pequeno; e que a regulação só faz criar obstáculos à inovação.

A crise nos fez perceber que isso não era verdade. Costuma-se dizer que com o tempo toda crise se acaba. Mas não impunemente. Nenhuma crise passa sem deixar seu legado. O que a crise de 2008 – e as repercussões sentidas até hoje – tem a ensinar é que não podemos voltar ao mundo tal e qual era anteriormente, e que a recuperação da economia não se dará de forma espontânea. O Estado deverá desempenhar um papel fundamental, pois a crise financeira demonstrou que os mercados financeiros não funcionam bem de maneira automática, e que os mercados não se auto-regulam. Um maior equilíbrio entre o papel dos mercados e o papel do Estado, com importantes contribuições por parte das instituições privadas e não governamentais, poderá nos levar a uma economia mais eficiente e mais estável. Nos últimos 25 anos os Estados Unidos perderam esse equilíbrio e impuseram sua perspectiva desequilibrada a países de todo o mundo, que seguiram a receita de fracasso a médio prazo.

Como ingrediente da receita de fracasso, a passagem de uma economia industrial a uma economia de serviços, com um peso exagerado para o setor financeiro, que deveria ser um “meio” para se alcançar um “fim” e acabou por se converter no centro de uma Nova Economia. Essa receita de fracasso está sendo repetida pelos países da União Européia e pelo Brasil, embora o estímulo à criação de setores industriais competitivos de alta tecnologia, baseados em um sólido sistema de aprendizagem seja a direção proposta para obter vantagens competitivas.

Investir em educação e em tecnologia para transformar a vantagem comparativa de um país e aumentar o nível de vida da população – esse é o mantra mais ouvido para que se consiga transformar a sociedade e a economia através da introdução de inovações. E, claro, como corolário do mantra, o aumento do nível de vida (ou estado de bem-estar, para alguns países) só se dará com o incremento da educação e da criatividade e o definitivo ingresso na sociedade do conhecimento, cujo propósito último é a criação de um sistema de patentes.

Nos últimos anos passou-se a colocar toda a ênfase no desenvolvimento do conhecimento e do capital humano, como se a acumulação de capital físico, de meios materiais, já não tivesse quase importância. O que parece passivo de crítica é considerar que agora tudo passa pela acumulação e conhecimento “em si”. É preciso chegar a algum ponto de proporção entre acumulação de capital, desenvolvimento do conhecimento e pesquisa. Caso contrário é possível que os países subdesenvolvidos continuem mão-de-obra qualificada, e poderiam inclusive avançar parcialmente em pesquisa básica ou aplicada, mas os frutos destas pesquisas serão apropriados pelos capitais com capacidade de investir em meios materiais que possam concretizar esses avanços. Essa questão, uma vez mais, e desde a visão marxista, remete à centralidade da dinâmica do capital.

Há alguns bens que o mercado espontaneamente jamais conseguirá oferecer em quantidade suficiente. Isso inclui bens públicos, e de cujos benefícios podem gozar todos os membros da sociedade, e entre eles estão certas inovações essenciais, como a produção do conhecimento. Um dos riscos das sociedades com ênfase na inovação é restringir certas áreas do conhecimento em benefício de outras, que tenham resultados mais imediatos para a produtividade, e os custos sociais dessas restrições são especialmente altos no caso da ciência básica. Pois se a divulgação do conhecimento tem que ser gratuita, o Estado deve assumir a responsabilidade de financiar sua produção. Por isso o Estado tem um papel importantíssimo na promoção do conhecimento e da inovação.

Considerações finais

Na economia inovadora do século XXI o Estado deverá assumir um papel de destaque para financiar a pesquisa básica, para sinalizar a direção da pesquisa e para conseguir um regime de propriedade intelectual mais equilibrado e justo, que permita à sociedade obter o máximo benefício dos incentivos que pode proporcionar sem os custos associados. E, mais que isso, deverá assumir o papel de protagonista para criar um novo sistema financeiro que sirva para os seres humanos que necessitem de um sistema financeiro; para criar um novo sistema econômico que gere empregos significativos, com trabalho decente para todos que queiram um trabalho decente; um sistema em que a brecha entre os que têm e os que não têm diminua em vez de aumentar; e, o mais importante, a oportunidade de criar uma nova sociedade na qual cada pessoa possa realizar suas aspirações e desenvolver todo o seu potencial, compartilhando idéias e valores.

Devemos aproveitar este momento para refletir e pensar que tipo de sociedade queremos e perguntar a nós mesmos: estamos criando, com o nosso trabalho (de professores, pesquisadores, intelectuais etc.) um entorno favorável que nos ajude a realizar estas aspirações?

A conseqüência nefasta da relação entre inovações, patentes e mercados financeiros é que o que se busca não são inovações que melhorem o bem-estar dos cidadãos (clientes) ou a eficiência da economia, ou ainda a máxima expressão da cultura, mas sim inovações que não possam ser imitadas facilmente ou que, se forem imitadas, sigam gerando lucros. O setor privado se preocupa em saber de que parte do valor da idéia pode apropriar-se, e não dos benefícios para a sociedade em geral. O resultado é que o mercado pode gastar muito dinheiro em algumas áreas de pesquisa específicas e muito pouco em outras, e sem a ajuda do Estado haveria muito pouca pesquisa básica, fundamental para corrigir as “falhas de mercado” e atender às necessidades reais da sociedade.

Há que superar o atual fetiche do desenvolvimento das forças produtivas (uma cultura global de mercado que retroalimenta o hipercapitalismo), com o reequilíbrio do atual predomínio do setor financeiro sobre o setor industrial. É possível encorajar a inovação no setor privado restringindo o uso do conhecimento mediante o sistema de patentes, embora isso aumente os benefícios privados (a valorização das “empresas inovadoras” em bolsas de valores) e diminua os benefícios sociais (a valorização da cidadania, da solidariedade e do consumo não-alienado). Qualquer sistema de patentes bem desenhado (e não é este o

caso do Brasil e tampouco da UE ou mesmo dos EUA) tenta encontrar o equilíbrio, criando incentivos para a inovação sem restringir indevidamente o emprego do conhecimento. Ainda há muito que fazer para aperfeiçoar os regimes de propriedade intelectual e de direitos de autor (copyright), bem como os de propriedade industrial, em suas relações com a produção de C&T e o sistema de patentes no ambiente altamente competitivo da inovação e da criatividade.

As alterações macroeconômicas, estruturais e sociais dos últimos anos – e seus impactos no aumento do desemprego e no declínio da renda e do PIB, no caso da União Européia, e na efêmera retomada do crescimento, no caso brasileiro, com a máxima expressão do “pibinho” de 2011 – não desanimaram os defensores da idéia de “inovação sempre”, fazendo com que os argumentos pró-inovação estejam baseados na superação da crise ou na retomada do crescimento, de forma indistinta, criando um “efeito placebo”, esvaziando e enfraquecendo assim, os fundamentos da ideologia da inovação técnica, apoiada a um só tempo pelo empreendedorismo criativo e pela produtividade industrial.

Na presumível contramão do cenário econômico internacional, os discursos em circulação fazem crer que a economia brasileira encontra-se numa fase especial de sua trajetória histórica, com evidências de que nos últimos anos inaugurou-se um processo que tem grandes chances de se afirmar como um novo ciclo de desenvolvimento, com fôlego para o longo prazo: o crescimento com redistribuição de renda pela via da dinâmica da produção e consumo de massa.

Trata-se de velho sonho da sociedade brasileira, que se apresenta no atual momento da vida nacional como tendência “absolutamente promissora” (mesmo diante do fraco resultado da economia no segundo trimestre de 2012, que sepultou a permanência do Brasil como sexta maior economia do mundo, cedendo de volta ao Reino Unido o lugar conquistado), embora o endividamento da população tenha aumentado substancialmente e a inflação tenha retomado sua trajetória de alta. Para os policy makers brasileiros, esse modelo virtuoso só pode ter continuidade a longo prazo se contiver, centralmente, dois outros elementos, que se interconectam: o concurso de um vigoroso processo de inovação, conduzido pelo setor empresarial, por instituições públicas e por outras instâncias da sociedade e apoiado em efetivo sistema nacional de C,T&I; e o concurso de uma decidida política de uso sustentável dos recursos naturais, que busque compatibilizar o progresso material da população com o máximo respeito ao meio ambiente e à conservação da natureza.

Para a superação desses desafios os governos têm contado com a adesão sistemática do campo da comunicação; a esfera da difusão da inovação transcende as fronteiras das empresas e organizações privadas (e as dos manuais de administração e marketing) e invade a cena pública com o apoio das indústrias culturais, que passam a assumir a corresponsabilidade de promover o ideário da inovação, do empreendedorismo e da criatividade, ampliando assim os horizontes da tarefa histórica dos meios de Comunicação Social, que vem sendo exercida através da colaboração no projeto de acumulação da riqueza, a criação de uma ideologia “modernizante” e a instrução das classes trabalhadoras, com a produção de importantes consensos coletivos para a construção da hegemonia cultural da

classe dominante. Quosque tandem?

Referências bibliográficas

BRAGA, William Dias. Comunicação, Inovação e Criatividade: desafios para a democratização do conhecimento e a inclusão social. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral realizado na Universidad Complutense de Madrid, sob a supervisão do Prof. Enrique Bustamante. Madrid: UCM; Brasília: CNPq, 2011.

COMISIÓN EUROPEA (2010a). Directrices para las políticas de empleo de los Estados miembros – Parte II de las Directrices Integradas Europa 2020. COM(2010) 193 final. Bruselas, 27.4.2010.

COMISIÓN EUROPEA (2010b). EUROPA 2020 – Una estrategia para un crecimiento inteligente, sostenible e integrador. COM(2010) 2020 final. Bruselas, 3.3.2010.

COMISIÓN EUROPEA (2010c). Iniciativa emblemática de Europa 2020 – Unión por la innovación. COM(2010) 546 final. Bruselas, 6.10.2010.

COMISIÓN INTERMINISTERIAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Estrategia Nacional de Ciencia y Tecnología: hacia un Gran Acuerdo para la Ciencia y la Tecnología. Madrid: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (MICINN/FECYT), 2007a. 42p.

COMISIÓN INTERMINISTERIAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2008-2011. Madrid: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (MICINN/FECYT), 2007b. 210p.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Contraponto, 2005.

MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN. Estrategia Estatal de Innovación 2010-2015. Madrid: Secretaria General de Innovación/MICINN, 2010, 50p.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Livro Azul da 4ª. Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MCT/CGEE, 2010, 99p.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional: investir e inovar para crescer. Brasília: MCT, 2007, 404p.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico; uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.